

## ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

# ATA DA 164ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

LOCAL: Auditório do Restaurante Vila Gril – São Miguel do Oeste – Centro

**DATA**: 08 de dezembro de 2011

HORÁRIO: 13h

### Presentes à Reunião

### Secretaria de Estado da Saúde:

Dalmo Claro de Oliveira; Walter Gomes Filho; Ângela Blatt Ortiga e Alfredo Schmidt Hebbel Busch.

## Conselho de Secretarias Municipais de Saúde:

Eloi Trevisan (Campo Erê); Orlando Fávero (Luzerna); Sonia Bodanese (Vargeão); Marlei Paulo (Santa Rosa do Sul); Beatriz Soares (São Miguel do Oeste); Juliano Polese (Lages); Edson Thesing (Iporã do Oeste); Oscar Ribeiro Fernandes (Major Vieira); Dalir Antônio Schiochet (Alto Bela Vista).

### Desenvolvimento dos trabalhos

A 164ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 13 horas, com a presença dos membros acima descritos, sob a Coordenação do Coordenador da CIB/COSEMS, Eloi Trevisan. Ao iniciar a reunião, o Coordenador da CIB/COSEMS, Eloi Trevisan, sugere a inclusão do item SARGSUS para Deliberação e SAMU.

# APROVAÇÃO DA ATA

A Ata da CIB 163ª foi aprovada.

# 1 **DELIBERAÇÕES**

2

- 3 a) ALTERAÇÕES DE PPI, DECORRENTES DO PACTO E DE FLUXOS
- 4 A CIB **APROVOU** as alterações de PPI, decorrentes dos Termos de Compromisso do Pacto
- 5 pela Saúde e de fluxos. As transferências de Gestão efetivadas nesta Deliberação referem-se
- 6 aos Municípios de Garopaba, Curitibanos e Faxinal dos Guedes. Também será realizado
- 7 pagamento retroativo ao Município de Penha. As alterações são para a competência janeiro 8 de 2012.

9

- 10 b) CAPS 1 MICRORREGIONAL DE SÃO CARLOS E MONDAI
- 11 A CIB APROVOU os CAPS Microrregionais com sede em São Carlos e Mondai. O CAPS
- 12 de Mondai será referência para Iporã do Oeste e São João do Oeste e o CAPS de São Carlos
- 13 será referência para Águas de Chapecó, Cunhataí e Planalto Alegre.

- 15 c) COFINANCIAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA 2012 RECURSO ESTADUAL
- 16 A CIB **APROVOU** o incentivo estadual para pagamento da Atenção Básica, no valor de R\$
- 17 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de reais) e a distribuição dos recursos para os



diversos Programas e Procedimentos. O detalhamento estará nesta Deliberação. O Coordenador da CIB/SES, Dalmo Claro de Oliveira, coloca que foram feitos alguns ajustes no orçamento da SES/Estado para que o Estado pudesse conceder o incremento de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) para o Cofinanciamento da Atenção Básica 2012, passando de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) em 2011 para R\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de reais) em 2012.

24

## 25 d) NASF: MIGRAÇÃO DE NASF ESTADUAL PARA NASF FEDERAL

A CIB **APROVOU** a migração de NASF estadual para NASF federal, para aqueles NASFs que cumprem os requisitos da Portaria Ministério da Saúde, sem que para isso necessitem de adequações ou custos adicionais. O Coordenador da CIB/COSEMS, Eloi Trevisan, chama atenção para a migração de NASF Estadual para Federal. Que fique mantido o pagamento dos recursos estaduais no período de migração ou de transição dos NASFs. Que não haja prejuízo para os municípios. Solicita que o Estado passe as informações sobre o processo de migração dos NASFs para os municípios e o COSEMS coloca os seus apoiadores à disposição para repassar essas informações.

34

# 35 e) Plano da Rede de Urgência e Emergência das Macrorregiões Norte e 36 Nordeste

A CIB APROVOU o Plano de Ação das Macrorregiões Nordeste e Planalto Norte referente à Organização da Rede de Atenção à Urgência nos termos da Portaria GM/MS 1.600 de 07 de julho de 2011. O Plano contempla o já aprovado nas duas Deliberações de 2010, sobre a tipologia e sobre as unidades que compõem a Rede de Atenção da Urgência e Emergência de SC e propõe uma adequação dos pontos de atenção aprovados nas novas Portarias da RUE – Rede de Urgência e Emergência do Ministério da Saúde, incluindo as Portaria 2.395 de 11 de outubro de 2011 e das Portas de Entrada da Urgência e das Salas de Estabilização.

44

## 45 f) Plano de Urgência e Emergência para o Estado

46 A CIB APROVOU o Plano de Ação do Estado de Santa Catarina referente à Organização 47 da Rede de Atenção à Urgência nos termos da Portaria GM/MS 2.395 de 11 de outubro de 48 2011 referente ao Componente Hospitalar constituído pelas Portas de Entrada da Urgência. 49 Com base nos critérios estabelecidos pela Portaria GM/MS 2.395 de 11 de outubro de 2011 50 apresenta as unidades hospitalares definidas no apêndice desta Deliberação. O Grupo 51 Condutor Estadual da Rede de Atenção às Urgências orientará a elaboração da proposta de 52 Planos de Ação Regionais. O Coordenador da CIB/COSEMS, Eloi Trevisan, salienta que, a 53 exemplo da inauguração da UTI de Maravilha, que onde forem investidos recursos públicos, 54 que os atendimentos devam ser públicos, prioritariamente. O Coordenador da CIB/SES, 55 Dalmo Claro de Oliveira, concorda com o Coordenador da CIB/COSEMS e esclarece que 56 tem o compromisso com essa orientação em que os recursos públicos sejam destinados para 57 os que realizam saúde pública. O Secretário Municipal de Saúde de Major Vieira, Oscar 58 Ribeiro Fernandes, cita que é parte interessada no Plano da Rede de Urgência e Emergência, 59 haja vista, que as Macrorregiões Nordeste e Planalto Norte já vêm discutindo há tempo. Que 60 esse modelo poderá ser estendido, servindo de apoio para as outras Regiões. Solicita o 61 empenho do Coordenador da CIB/SES junto ao Ministério da Saúde, para que o recurso 62 destinado à implementação da Rede das Macrorregiões Nordeste e Planalto Norte sejam 63 repassados para que a mesma seja efetivada. Ângela Blatt Ortiga, Gerente de Planejamento 64 da SUS/SES, cita que a planilha contemplando alguns hospitais é uma tentativa de garantia



- 65 de recurso para o Estado, já que o Secretario de Estado da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira,
- 66 em audiência com o Ministro da Saúde, solicitou que SC encaminhasse a proposta da
- 67 Urgência e Emergência e como não havia tempo hábil para maiores discussões, foi
- 68 construída uma planilha com alguns hospitais que poderá ser alterada conforme a construção
- 69 dos planos Microrregionais.

70

- 71 g) TERMO DE CONCLUSÃO DE OBRA, PORTARIA MS 2.226/2009
- 72 A CIB APROVOU a ratificação dos Termos de Conclusão de Obra, recurso Portaria
- 73 Ministério da Saúde 2.226/2009, dos Municípios de São Carlos, Presidente Getúlio,
- 74 Florianópolis, Xaxim e Herval D'Oeste.

75

- 76 h) Ordem de Serviço Portaria MS 1.020/2009
- 77 A CIB APROVOU a ratificação do Termo de Conclusão de Obra, recurso Portaria
- 78 Ministério da Saúde 1.020/2009 UPA de Mafra.

79

- 80 i) Ordem de Serviço Portaria MS 2.226/2009
- 81 A CIB APROVOU a ratificação das Ordens de Serviço, recurso Portaria Ministério da
- 82 Saúde 2.226/2009, dos Municípios de Criciúma e Garopaba.

83

- 84 j) EMENDA PARLAMENTAR DE TIJUCAS
- 85 A CIB APROVOU a solicitação de recursos advindos de Emenda Parlamentar para o
- 86 Município de Tijucas.

87

- 88 m) Programa Academias da Saúde, recurso Portaria Ministério da Saúde 1.401
- 89 E 1.402/2011
- 90 A CIB APROVOU a solicitação de adesão ao Programa de Academias da Saúde, Portarias
- 91 Ministério da Saúde, do Município de Fraiburgo.

92

- 93 n) NÚCLEO DE PREVENÇÃO DAS VIOLÊNCIAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE, PORTARIA
- 94 MINISTÉRIO DA SAÚDE 227 DE 09/09/2011
- 95 A CIB APROVOU as solicitações de adesão ao Núcleo de Prevenção das Violências e
- 96 Promoção da Saúde, Portaria MS 227 de 09/09/2011 dos Municípios de Fraiburgo e Iomerê.

97

- 98 o) Plano de Aplicação da Assistência Farmacêutica de Indaial
- 99 A CIB APROVOU o Plano de Aplicação dos recursos para custeio do SUS, Bloco de
- 100 financiamento da Assistência Farmacêutica, conforme Portaria MS 2.025/2011 e Deliberação
- 101 192/CIB/2011, Item 10, Parágrafo 1°, do Município de Indaial.

102

- 103 p) Convênios SICONV Joinville
- 104 A CIB **APROVOU** os convênios cadastrados no SICONV/MS, do Município de Joinville.

- 106 q) Planos de Vigilância Sanitária 2012
- 107 A CIB APROVOU os Planos de Vigilância Sanitária dos Municípios que pactuaram as
- 108 ações para 2012, com a inclusão de municípios que encaminharam os seus planos até a data
- 109 desta reunião. Os Municípios que pactuaram Ações de Vigilância Sanitária para 2012, com
- 110 menos de 20.000 habitantes, receberão piso estruturante: R\$ 7.200,00/ano e piso estratégico:
- 111 0,20/per capita/ano. Os Municípios que pactuaram Ações de Vigilância Sanitária para 2012,



- 112 com mais de 20.000 habitantes, receberão piso estruturante: R\$ 0,36/per capita/ano e Piso
- 113 estratégico: 0,20/per capita/ano.

114

- 115 r) GRUPO CONDUTOR PARA IMPLEMENTAÇÃO DO DECRETO FEDERAL
- 116 A CIB APROVOU a constituição do Grupo Condutor para a Implementação do Decreto
- 117 Federal 7.508 de 28 de junho de 2011 no SUS em Santa Catarina, com a alteração na
- 118 proposta, referente a representação do item VII que passou para 16 representantes das
- 119 Comissões Intergestoras Regionais de Santa Catarina, sendo 08 titulares e 08 suplentes,
- 120 alterando consequentemente o número de representantes da SES para manter a paridade.

121

- 122 s) INCENTIVO PARA O TRACOMA PORTARIA MS 2.556/2011
- 123 A CIB **APROVOU** os Termos de Compromissos dos Municípios de Coronel Martins, Frei
- 124 Rogério, Lebon Régis, Monte Carlo, Leoberto Leal, Dionísio Cerqueira, Romelândia e São
- 125 José do Cerrito, através da Portaria MS nº 2.556 de 28 de outubro de 2011, com o objetivo
- 126 de recebimento de repasse financeiro do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Municipais de
- 127 Saúde, por meio do Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde.

128

- 129 t) ATENÇÃO BÁSICA: SUPERVISÃO SAÚDE DA FAMÍLIA
- 130 A CIB **APROVOU** o aprazamento das supervisões da Atenção Básica/Saúde da Família dos
- 131 Municípios de Cocal do Sul e de São Joaquim.

132

- 133 u) SARGSUS
- 134 Esse item estava como informe e foi incluído como item de Deliberação. A CIB
- 135 RECOMENDOU a utilização do Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão SUS (SARG-
- 136 SUS) como modelo de Relatório Anual de Gestão RAG. As capacitações para a
- 137 operacionalização do sistema serão realizadas a partir de fevereiro de 2012 com recursos
- 138 residuais PlanejaSUS 2010.

139

- 140 v) Habilitação do Hospital São Paulo Assec
- 141 A CIB APROVOU a alteração do Plano de Alta Complexidade Cardiovascular para
- 142 habilitação do Hospital São Paulo Assec de Xanxerê, para a realização de Cirurgia Vascular
- 143 e Laboratório de Eletrofisiologia. Essa habilitação segue as exigências das Portarias SAS nº.
- 144 210, de 15/06/2004 e normas da SES. Essa habilitação passou pela apreciação dos
- 145 Colegiados de Gestão Regional do Estremo Oeste e Meio Oeste.

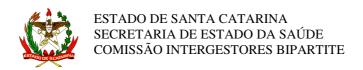
146

- 147 x) FINANCIAMENTO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (PAC2)
- 148 A CIB **APROVOU** a solicitação de recurso previsto no PAC2, para construção de Unidade
- 149 Básica de Saúde para o Município de Bela Vista do Toldo.

150

- 151 z) ADESÃO AO PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE
- 152 A CIB **APROVOU** a adesão dos Municípios de São Bento do Sul, Três Barras, Irineópolis e
- 153 Porto União ao Programa Brasil Sorridente do Ministério da Saúde.

- 155 Incluído para Deliberações, a aprovação do Plano Operativo da Rede de Urgência e
- 156 Emergência do Estado de Santa Catarina, no que se refere à implantação e instalação de
- 157 Unidades de Pronto Atendimento UPA, de acordo com a distribuição nas Macrorregiões de
- 158 Saúde, especificadas na Deliberação 078/2009 e do Plano Operativo da Rede de Urgência e



Emergência do Estado de Santa Catarina, no que se refere à implantação e instalação de 160 Salas de Estabilização, de acordo com a distribuição nas Macrorregiões de Saúde, especificadas nas Deliberações 120/2009, 144/2009, 177/2009 e 128/2010. À medida que os Planos Microrregionais de Atenção às Urgências e Emergências forem sendo elaborados, algumas Salas de estabilização e algumas UPAs relacionadas nas Deliberações citadas poderão ser excluídas e outras incluídas. Ângela Blatt Ortiga, Gerente de Planejamento do SUS/SES, informa que as Unidades de Tratamento Primário Cardiovascular, previstas nas Macrorregiões Nordeste e Planalto Norte devem ser incluídas nesta Deliberação, pois já estão sendo configuradas como Salas de Estabilização. Ficaram acordadas e pactuadas.

# 169 HOMOLOGAÇÃO

168

170

180

186

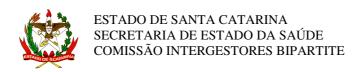
a) **DELIBERAÇÕES AD REFERENDUM**: Deliberações *ad referendum*: 334/CIB/2011 – Aprova solicitação de recursos do Fundo Estadual de Saúde (SCONV); 335/CIB/2011 – Ratifica a Ordem de Serviço, da construção da Unidade Básica de Saúde, Município de Florianópolis, recurso Portaria MS 2.226/2009; 336/CIB/2011 – Ratifica a Ordem de Serviço, da construção da Unidade Básica de Saúde, Município de Palmitos, recurso Portaria MS 2.226/2009; 337/CIB/2011 – Aprova o Plano Estadual do Telessaúde – informatização; 338/CIB/2011 – Aprova a Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental; 339/CIB/2011 – Aprova conclusão de obra de Biguaçu, Portaria MS 1.020/2011; 340/CIB/2011 – Aprova a produção excedente de Terapia Renal Substitutiva.

181 b) PMAQ – MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS

182 A CIB HOMOLOGOU os municípios relacionados na Portaria Ministério da Saúde 2.812 de
183 29/11/2011, que cadastraram Equipes de Saúde da Família na PMAQ.
184

# 185 DISCUSSÃO E ENCAMINHAMENTOS

187 O Coordenador da CIB/COSEMS, Eloi Trevisan, solicita ao Coordenador da CIB/SES, 188 Dalmo Claro de Oliveira, que faça a abordagem sobre o SAMU, considerando os 189 encaminhamentos da reunião da CIB de novembro de 2011, sobre aspectos jurídicos no 190 repasse de recurso. O Coordenador da CIB/SES, Dalmo Claro de Oliveira, no sentido de 191 melhor operacionalizar e solucionar questões críticas sobre o SAMU, esclarece que o tema 192 vem sendo discutido há várias reuniões e que foi também criada uma Comissão para estudar 193 os modelos de gestão para o SAMU. A Comissão se reuniu, sendo o modelo de gestão por 194 Consórcio apresentado pelo Secretário Municipal de Saúde de Bombinhas, Celso 195 Dellagiustina e o modelo de gestão por Organização Social, apresentado pelo Consultor da 196 Secretaria de Estado da Saúde – SES, Vladimir Taborda. Houve ainda uma apresentação do 197 Consultor Jurídico da SES, Jacson Nunes, sobre aspectos jurídicos dos dois modelos de 198 gestão. Segundo a interpretação do Consultor Jurídico da SES, o modelo de Consórcio se 199 equipara a uma Autarquia, com relação à folha de pagamento/responsabilidade fiscal, o que 200 não resolveria os problemas de contratação de pessoal para o SAMU. O modelo de gestão 201 por Organização Social não impacta na responsabilidade fiscal, facilitando a contratação de 202 médicos e enfermeiros de forma imediata. A proposta seria realizar uma cogestão 203 compartilhada no SAMU com a Organização Social. A SES ficaria com a regulação central 204 da Gerência do SAMU e faria a gestão compartilhada com a Organização Social na 205 Regulação Regional e nas Unidades Avançadas. Os municípios podem integrar-se a esse 206 modelo e a SES absorveria os custos das Unidades de Suporte Básico. Com relação aos funcionários concursados pelos municípios, eles poderão ser cedidos à SES com ônus para o 208 destino. Esclarece que o modelo por Organização Social pode passar a qualquer momento para o modelo de Consórcio. A relação custo-benefício foi explicada e esclarecida em 210 reuniões anteriores da CIB. Em reunião com o Ministro da Saúde, juntamente com o 211 Governador do Estado de Santa Catarina Raimundo Colombo, com o Senador Luiz Henrique da Silveira e com a Deputada Federal Carmen Zanotto, foi colocado pelo Ministro que a 213 regulação não pode sair da SES/Estado. O que foi colocado ao Ministro da Saúde, que SC 214 não está mais conseguindo contratar médicos para a regulação regional. Que na próxima 215 reunião do CONASS, irá falar com o Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde 216 e também com o Secretário de Estado da Saúde de Mato Grosso, que está adotando esse modelo de gestão. Possui informação de que outros estados já adotam esse modelo. Se há outros estados funcionando com o modelo de Organização Social, acredita que SC não terá 219 problemas em adotar esse modelo. O Coordenador da CIB/COSEMS, Eloi Trevisan, cita que 220 o Secretário Municipal de Saúde de Bombinhas, Celso Dellagiustina, enviou o parecer sobre o SAMU onde cita as possibilidades e que optaram em não ler o documento na reunião, haja 222 vista, que o assunto já foi bastante discutido. Considera a proposta do Estado e sugere que se faça a Deliberação ad referendum sobre o SAMU. Antes que o assunto seja encerrado, 224 solicita a manifestação dos Secretários Municipais de Saúde presentes sobre esse encaminhamento. O Secretário Municipal de Saúde de Major Vieira, Oscar Ribeiro 225 226 Fernandes, menciona como importante a posição do Estado em assumir responsabilidades para a melhoria dos atendimentos, mas acrescenta que o Estado deve firmar muito bem as 228 responsabilidades da Organização Social com relação à regulação, isto é, amarrar o contrato com as funções bem definidas para a Organização e para o Estado. Que os médicos sejam 230 capacitados e conhecedores da função que desempenharão na regulação do SAMU. Alfredo Schmidt Hebbel Busch, Coordenador Estadual do SAMU, cita que o final de ano é uma 232 época complicada para o SAMU. Epoca em que os Residentes estão concluindo a residência e estão voltando para as suas cidades. Ressalta que o modelo para o SAMU deve ser 234 aprovado de imediato e esclarece que a coordenação da regulação do SAMU ficará dentro do 235 Estado, a cargo do gestor. A Secretária Municipal de Saúde de Vargeão, Sonia Bodanese, 236 lembra que a função do SAMU é transportar paciente de uma unidade de menor 237 complexidade para uma de maior complexidade. Que o SAMU não realiza transporte social. 238 A Secretária Municipal de Saúde de Santa Rosa do Sul, Marlei Paulo, solicita que a função do SAMU seja bem esclarecida para essa nova gestão. O Coordenador da CIB/SES, Dalmo 240 Claro de Oliveira, ressalta que os critérios para a contratação da Organização Social serão claros e estabelecidos, que o contrato será rigoroso com a questão das metas. Coloca ainda 242 que o Ministério da Saúde faria a reposição das Ambulâncias do SAMU e não o fez. Devido a essa demora do Ministério da Saúde, informa que o Estado irá comprar e repor as Ambulâncias que necessitam de reposição e também para a reserva técnica. O Coordenador 245 da CIB/COSEMS, Eloi Trevisan, solicita aos Secretários Municipais presentes a manifestação de todos quanto à Deliberação ad referendum, autorizando a administração do 247 SAMU por Organização Social, como também a autorização para a revogação da Deliberação 211/CIB de 10 de dezembro de 2009. Ficaram aprovados esses 249 encaminhamentos.



- 253 Justificativa de ausência na reunião da CIB, da Secretária Municipal de Saúde de Pomerode,
- 254 Maria Regina de Souza Soar:
- 255 Justificativa de ausência na reunião da CIB, do Secretário Municipal de Bombinhas, Celso
- 256 Dellagiustina;
- 257 Justificativa de ausência na reunião da CIB, do Secretário Municipal de Florianópolis, João
- 258 José Cândido;
- 259 Recebimento de Ordem de Serviço para ratificação dos Municípios de Criciúma e Garopaba,
- 260 recurso Portaria MS 2.226/2009;
- 261 Recebimento de Termo de Conclusão de Obra para ratificação, dos Municípios de Herval
- 262 D'Oeste, Florianópolis e Xaxim, recurso Portaria MS 2.226/2009;
- 263 Recebido solicitação de aprovação do Plano de Contingência de Hanseníase, recurso do
- 264 Ministério da Saúde, do Município de Florianópolis;
- 265 Solicitação de aprovação do Plano de Aplicação da Assistência Farmacêutica de Indaial,
- 266 conforme Portaria e Deliberação da CIB;
- 267 Solicitação de Adesão ao Programa de Assistência Domiciliar, Programa do Ministério da
- 268 Saúde, para o Município de Blumenau;
- 269 Solicitação de financiamento federal para construção de Unidade Básica de Saúde (PAC2) -
- 270 Bela Vista do Toldo;
- 271 Recebido documento do Colegiado de Gestão Regional Norte, solicitando a aprovação da
- 272 adesão dos Municípios de São Bento do Sul, Três Barras, Irineópolis e Porto União ao
- 273 Programa do Ministério da Saúde Brasil Sorridente.

### 275 **INFORMES**

274

276

281

### 277 a) RELATÓRIO DE AUDITORIA

278 A Diretoria de Planejamento, Controle e Avaliação da SES/Gerência de Auditoria enviou o 279 relatório de auditoria, referente ao mês de novembro de 2011, para que os gestores constatem

280 sobre as auditorias em andamento ou concluídas em seus municípios.

### 282 b) PROCESSOS EM ANDAMENTO NA GERÊNCIA DE ATENÇÃO BÁSICA

283 A Diretoria de Planejamento, Controle e Avaliação da SES/Gerência da Atenção Básica

284 enviou as planilhas com os processos em andamento na Gerência de Atenção Básica, para

285 que os gestores constatem se há pendências em seus municípios. 286

## 287 c) Instrumentos de Gestão

- 288 Ângela Blatt Ortiga, Gerente de Planejamento do SUS/SES, informa que este Relatório é
- 289 encaminhado pela Secretaria da CIB ao Ministério da Saúde, mensalmente. Ângela Blatt
- 290 Ortiga, esclarece que os Relatórios e Planos Municipais devem estar aprovados pelos
- 291 Conselhos Municipais de Saúde, portanto, devem ser encaminhados juntamente com a Ata
- 292 do seu respectivo Conselho de Saúde. Que somente a presença dos dois itens conta para o
- 293 Relatório do Ministério da Saúde. Que no site 'Controle Social' foram atualizadas todas as
- 294 informações e solicitado aos municípios que ainda possuem pendências, que devem
- 295 encaminhar com urgência essas informações para a SES via Regional de Saúde ou pelo novo
- 296 e-mail: instrumentosdegestao@saude.sc.gov.br

297

298 Por fim, O Coordenador da CIB/SES, Dalmo Claro de Oliveira, com relação à demanda

299 reprimida dos exames especializados, solicita aos Municípios e as Regionais que enviem a

relação dos exames à SES, o mais rápido possível, para que se possa montar estratégias de como solucionar essa demanda e na primeira CIB de 2012, se possa dar encaminhamento, reduzindo o tempo de espera para a realização desses exames. O Coordenador da CIB/COSEMS, Eloi Trevisan, com relação às cirurgias eletivas, solicita aos Gestores que cobrem dos Prestadores de Serviço maior agilidade, considerando que as cirurgias eletivas estão com metas bastante atrasadas. O Coordenador da CIB/SES, Dalmo Claro de Oliveira, informa que até o dia 06/12/2011, já haviam sido autorizadas 7.300 cirurgias eletivas. Das 7.300 cirurgias, 5.300 foram para cataratas. As cirurgias, geral e de ortopedia, estão mais demoradas. Referente às cirurgias de cataratas, mesmo com as cirurgias realizadas nos mutirões do Ministério da Saúde, a demanda ainda é grande. O Coordenador da CIB/COSEMS, Eloi Trevisan, ao encerrar a reunião, dá as boas vindas a todos, lembrando que a abertura do Encontro das Secretarias Municipais de Saúde será a noite, neste mesmo local.

313

Nada mais havendo a tratar, eu, Lourdes de Costa Remor, lavrei a presente Ata, assinada por mim e pelos Coordenadores.

316317

São Miguel do Oeste, 08 de dezembro de 2011.